



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA
MONOGRAFIA EM LITERATURA

Thaynnã Souza de Menêzes

**Os contos de fadas e a liberdade do ensino: pela pedagogia da autonomia de Paulo
Freire em torno da literatura e das histórias infantis**

BRASÍLIA

2019

Thaynnã Souza de Menêzes

**Os contos de fadas e a liberdade do ensino: pela pedagogia da autonomia de Paulo
Freire em torno da literatura e das histórias infantis**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Letras – Português (licenciatura) pela
Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Barreto

BRASÍLIA
2019

Não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais. Sou professor contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura. Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo. Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza. Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais necessárias sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não ser o testemunho que deve ser de lutador pertinaz, que cansa mas não desiste. Boniteza que se esvai de minha prática se, cheio de mim mesmo, arrogante e desdenhoso dos alunos, não canso de me admirar.

PAULO FREIRE, 1996.

À Ana Paula Gabatteli, minha professora de literatura do ensino médio que é, além de uma inspiração como pessoa e profissional, a primeira pessoa que me fez desejar graduar em Letras.

À professora Luciana Barreto, por ter aceitado orientar-me com tanto carinho, dedicação e paciência, além de ser uma pessoa muito doce e incrível como docente.

Aos vários outros professores que me fizeram amar a graduação todos os dias ao longo desses quatro anos e mudaram minha percepção de mundo: Ana Laura dos Reis, Lúcia Helena Ribeiro, João Vianney Nuto, Adriana Alexandrino, Ulisdete Rodrigues, entre outros incríveis profissionais.

Ao Jovem de Expressão, pela oportunidade de lecionar num ambiente tão acolhedor e por me fazer conhecer alunos e alunas fantásticos que me ensinaram muito e me instigaram a escrever esta monografia.

Ao Paulo Freire, por seus feitos na educação e por ampliar meu conceito de ensino.

Ao ex-presidente Lula, por expandir o acesso das camadas populares à universidade pública, permitindo que eu ingressasse na UnB e me formasse com total aproveitamento.

Aos meus pais, Elismar e Edivaldo, pelo carinho e patrocínio e à minha irmã, Emilly – que me proporciona risos sinceros e muito apoio à sua maneira.

Às minhas amigas do grupo Rompompompom: Inna, Babi, Yoko e Malu, pelos chocolates, afetos e confiança em mim. À Gayng, por serem meus melhores amigos da graduação.

Ao meu namorado, Pedro, por falar com a voz boba pra me fazer rir mesmo quando eu estou estressada.

PREMISSAS EXISTENCIAIS

O problema que se coloca pra mim é que, compreendendo como compreendo a natureza humana, seria uma contradição grosseira não defender o que venho defendendo. Faz parte da exigência que a mim mesmo me faço de pensar certo, pensar como venho pensando enquanto escrevo este texto.

FREIRE, 1996

Pensar em escrever esta monografia sem um prólogo seria ignorar a mim mesma e ao possível leitor deste texto. Refletir a minha leitura de mundo e a minha prática docente me levou à necessidade de escrever sobre este tema, que é primordial nas atuais condições educacionais do Brasil. Este prólogo em primeira pessoa, intimista e verdadeiro, pretende apresentar os motivos políticos, humanistas e até mesmo sentimentais desta escrita e a importância dela para a prática docente como um todo.

Há alguns anos, especialmente no período de campanha para as eleições de 2018, o legado de Paulo Freire vem sendo completamente desmoralizado por desconhecedores de sua obra (ou de feitiço mau-caráter, que pretendem dar um fim em sua ideologia para atingir o propósito da ignorância geral da população). Educação no Brasil não deveria estar separada de Paulo Freire. É justamente essa figura que sustenta tudo o que acredito quanto à educação e à sociedade, merecendo todo o respeito e o devido crédito aos trabalhos como educador, pedagogo e teórico da educação.

A obra de Paulo Freire, escrita há décadas, já advertia os profissionais da educação sobre a intencionalidade dos governantes opressores no ensino:

Creio que nunca precisou o professor progressista estar tão advertido quanto hoje em face da esperteza com que a ideologia dominante insinua a neutralidade da educação. Desse ponto de vista, que é reacionário, o espaço pedagógico, neutro por excelência é aquele em que se *treinam* os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra. (FREIRE, 1996, p.98)

Infelizmente, a realidade a qual Paulo Freire já estava alerta apenas piorou. Projetos como o Escola Sem Partido tomam cada vez mais força e a ideia de que professores devem ser neutros permite absurdos como denúncias e demissões por exporem sua posição política em sala de aula. Não há a menor possibilidade na existência humana de existir um discurso completamente neutro. A “neutralidade” exigida é perigosa ao permitir a legitimação da barbárie.

A educação é a ferramenta mais forte de luta contra toda desigualdade e injustiça e, como tal, constitui uma ameaça para a ideologia vigente, que visa se manter no poder a todo custo, tentando, nesse sentido, preservar uma população cega, fatalista e culpabilizada. Uma

população cega por não ter o acesso às informações necessárias para sua rebeldia e revolta é uma população fácil de ser controlada. Apoiado na ideologia fatalista, propagada pelo neoliberalismo, o povo não acredita na sua própria força de mudança, tampouco na força coletiva da luta, dos sindicatos, da cobrança por igualdade social. Essa ideologia faz crer que a realidade deve permanecer como está, pois seria o destino da humanidade.

O capitalismo precisa da desigualdade social para prosperar. Sem a desigualdade, sem pessoas morrendo de fome ou dormindo debaixo de pontes, ele perde seu sustento. Mas o capitalismo é muito esperto, pois ele consegue o apoio dos oprimidos ao culpabilizá-los pela situação degradante em que existem. Com o discurso da meritocracia, também difundido pelo neoliberalismo, o oprimido culpa a si mesmo por não ser bem-sucedido e abastado como seu patrão, e confia que aquele que não tem o mínimo, só não o tem por não se esforçar o suficiente, desconsiderando toda a razão social da miséria.

Por esses motivos, Paulo Freire começou a ser desprezado pelos que estão no poder. “Seria na verdade uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.” (FREIRE, 1984, p. 89). Sem uma educação em vias de repensar a realidade do mundo e possibilitar chances reais de mudança, as classes oprimidas continuam como estão e os poderosos governantes, empresários e banqueiros permanecem em seu pedestal, pisando em corpos pobres, negros, marginalizados.

Os professores, em um âmbito geral, não passaram ilesos pela desmoralização. Mesmo nem todos sendo seguidores das ideologias de Paulo Freire, apesar das felicitações nas datas de 15 de outubro, ocorre o que chamo de “demonização” da profissão. Ou seja, nós, profissionais da educação, tornamo-nos os maiores vilões da sociedade, os verdadeiros anjos caídos prontos para criar o inferno (que seria um exército de adolescentes comunistas). Há uma onda de críticas acerca da prática docente como sendo esta um meio de “propaganda marxista” e “doutrinação ideológica” de estudantes, mesmo daqueles que cursam o ensino superior (doutrinação de adultos de 30 anos, por exemplo, é algo surpreendente).

Com um dos salários mais baixos do mundo, o professor brasileiro agora, além das inúmeras dificuldades da profissão, tem medo de retaliação. Alunos o desrespeitam como pessoa e como docente, já que são incentivados a denunciar qualquer opinião política manifestada em sala de aula, e a educação vai, assim, em direção ao chamado ensino “bancário”, a máxima freiriana do depósito de informações, sem a possibilidade de acúmulo de juros.

Para o estudante, a perda é ainda maior: *bullying*, autoritarismo em sala de aula por parte dos professores e dos policiais militares nas escolas recém-militarizadas, impossibilidade de debater temas importantes e desenvolver um pensamento crítico. Tudo isso, somado ao descaso financeiro, leva à decadência do ensino formador de seres humanos críticos e humanizados.

No entanto, não podemos, também, cair no discurso fatalista. Edna Castro de Oliveira, no prefácio da edição de 2007 da *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, relembrou o seguinte: “Num momento de aviamento e de desvalorização do trabalho do professor em todos os níveis, [...] Freire adverte-nos para a necessidade de assumirmos uma postura vigilante contra todas as práticas de desumanização.” (OLIVEIRA, 2007, p. 11) Essa desvalorização, portanto, não é recente, e nós, professores, precisamos continuar a lutar por uma educação justa e de qualidade, além da nossa valorização e compreensão da docência e do ensino como algo sério e necessário, não a recentemente propalada “balbúrdia”, como se faz acreditar por parte dos atuais governantes.

Neste momento, nós, profissionais de Letras, dispomos de uma ferramenta essencial na luta contra a desumanização: a Literatura. Desde o meu primeiro contato com a literatura, pude constatar o seu caráter formador. Foi um dos motivos para o meu ingresso no curso de Letras desde o princípio e, ao longo dos anos de estudo e docência em projetos voluntários, estágios e contato direto com alunos, compreendi uma falha no ensino de literatura. Tanto nos ensinamentos infantil e fundamental quanto no ensino médio, a literatura tem sido abordada sem a devida atenção. Sua capacidade de formação, humanização e possibilidade de criticidade não vem sendo aproveitada da maneira adequada, mantendo os alunos ainda muito afastados do texto original, da realidade concreta, focando no ensino de escritores que não falam com os alunos, afastando-os do prazer da leitura.

Não se lê criticamente, como se fazê-lo fosse a mesma coisa que comprar mercadoria por atacado. Ler vinte livros, trinta livros. A leitura verdadeira me compromete de imediato com o texto que a mim se dá e a que me dou e de cuja compreensão fundamental me vou tornando também sujeito. (FREIRE, 1996, p. 27)

Um dia, indo para o trabalho me deparei com um panfleto afirmando que uma espécie de “coach” ensinaria a ler livros inteiros em 1 hora. Lembrei-me de Paulo Freire imediatamente. Para qual propósito serviria uma leitura rápida e desatenta? O acúmulo de leituras improdutivas é extremamente banal e, infelizmente, é o que vem ocorrendo. Trata-se a leitura tal qual o acúmulo de capital. Deseja-se quantidade sem se importar de onde vem e qual a utilidade daquilo. Na educação, isso é visível quando pais de alunos e donos de escolas particulares exigem cada vez mais e mais aprovações no vestibular como forma de medir sua

qualidade para que seja feita uma propaganda da “escola que mais aprova no Brasil”, premissa prejudicial para o verdadeiro aprendizado.

Não se vive a leitura com os alunos. Obriga-os a empreenderem leituras estapafúrdias sem conhecer o histórico de cada um deles. Não se acompanha a progressividade do entendimento e da formação identitária. Ignora-se a realidade vivida pelo aluno, ignora-se a leitura de mundo e os seus gostos. Ouvi muitas vezes na universidade que *best-sellers* não são literatura. Frases como esta me remetem aos meus tempos de escola.

Aos meus 14 anos, na escola, obrigaram-nos a ler *O Alienista*, de Machado de Assis. Creio que eu fui a única a ler, por orgulho meu, mas não houve nenhum debate, projeto, direcionamento, absolutamente nada. Eu simplesmente odiei o livro com todas as minhas forças, e aquilo matou Machado de Assis em meu peito. Antes dessa obra, o meu único contato com literatura eram gibis da Turma da Mônica, revistas de fofoca e um livro de sereias que havia perdido em casa. Não respeitaram a progressão do meu conhecimento e, por muito pouco, não destruíram a possibilidade de me apaixonar pela literatura. Hoje, com a cabeça mais madura, compreendo melhor a obra, no entanto, naquele momento, não estava preparada para aquela linguagem, tipo de narrativa, aquele tempo, porque me faltava base teórica, contexto histórico, ou seja, a significação daquilo tudo que barrava o meu entendimento da leitura.

Por isso e outras experiências docentes, luto contra a premissa de que “não há idade para ler os clássicos”. Idade pode mesmo ser irrelevante, mas há outras questões a serem levadas em consideração. Não se pode pular etapas da vida da criança e do adolescente e acreditar que uma criança de 4 anos vai entender Victor Hugo tão bem quanto um adulto. Ou que um adolescente de 16 anos que nunca pegou uma obra literária nas mãos vai interessar-se por Camões. Não há motivos para desvalorizar os contos de fadas, as histórias infanto-juvenis, os gibis, os mangás, os *best-sellers* com enredos voltados ao público adolescente, que podem interessar até aos adultos por também tratar de temas complexos da experiência humana. Eles devem ser valorizados como parte do conhecimento cultural do aluno – afinal, o importante é ler.

Nesse sentido, respeitando a progressão de leitura do aluno e o desejo dele, é importante aproximar-nos do que lhes interessa para instigar a leitura. Com o contato com as obras, ele mesmo poderá deparar-se com um clássico e se afundar nele, mas nosso objetivo deve ser o de mostrar que a leitura pode ser extremamente gratificante e nos possibilita refletir as diferentes realidades, o que é precioso e fundamental na humanização da educação.

Um exemplo disso são os contos de fadas, que são essenciais na formação das crianças, possibilitando-lhes lidar com as frustrações e os problemas edípicos, psicológicos e traumáticos no desenvolvimento da personalidade. No entanto, a partir da adolescência, já não condizem com a realidade do aluno e com a percepção de mundo dele. Como o príncipe subiu na torre pelos cabelos da Rapunzel sem machucá-la gravemente? Como a vovó de Chapeuzinho Vermelho saiu ilesa da barriga do lobo depois de ter sido devorada por ele? Quais entorpecentes a Princesa usou para ouvir um sapo falando e ainda beijá-lo?

Para combater essas narrativas fantasiosas e moralizantes vêm as sátiras. Em uma tentativa de conhecer a literatura fora do academicismo da universidade, encontrei *Anastácia e Bonifácia* em um sebo, leitura que alegrou minhas férias pela narrativa diferente, moderninha e imoral de Cinderela. A obra, escrita em epístolas, desmistifica toda a narrativa do conto original, desconstrói o maniqueísmo – tão comum nesse gênero textual – e permite reflexões acerca de diversos temas escondidos nos contos de fadas, como o machismo, a hipocrisia e os problemas familiares complexos.

Apresentar aos alunos a possibilidade de renovar e repensar as narrativas que eles conheceram na infância é permitir-lhes a criticidade das situações. Não existe leitura efetiva sem uma resposta e é essa resposta que irá trazer a autonomia do estudante de perceber a diferença entre a sua realidade e a ficção. O aluno precisa da autonomia de ler, escrever, reescrever, debater, opinar e ter ideias para desenvolver, além do pensamento crítico, a criatividade e a crença de que dispõe do poder de mudar o mundo.

RESUMO

Paulo Freire, patrono da educação Brasileira, apresenta um modelo de ensino voltado à formação ética dos estudantes, respeitando sua personalidade e autonomia. Partindo dos pressupostos da *Pedagogia da Autonomia*, a presente monografia norteia a educação brasileira desde seu princípio no período colonial até a criação da BNCC, em 2017, focando no ensino da literatura de ensino médio nas escolas brasileiras e na criticidade do significado de erudição, por uma educação sem preconceitos de gêneros artísticos. Entende-se a literatura, de modo geral, aqui, como forma de alcançar um ensino que permita o senso crítico dos alunos, promover a cidadania ativa, a produção artística consciente, além da resignificação da cultura presente na infância, como os contos de fadas, pelo recurso da sátira. Como exemplo, foi utilizado o livro *Anastácia e Bonifácia*, de Flavio de Souza, que ironiza a história de Cinderella e desconstrói o maniqueísmo e romantismo latentes tanto no conto de fadas quanto na sociedade.

Palavras-chave: Paulo Freire. Autonomia. Educação. Contos de fadas. *Anastácia e Bonifácia*.

INTRODUÇÃO

Censurai-nos por querer abolir a exploração das crianças por seus próprios pais? Confessamos esse crime.

Mas dizeis que abolimos as mais sublimes relações ao substituírmos a educação doméstica pela educação social.

E vossa educação, não é ela também determinada pela sociedade? Não é determinada pelas relações sociais nas quais educaís vossos filhos, pela ingerência mais ou menos direta ou indireta da sociedade através das escolas, etc.? Os comunistas não inventaram a influência da sociedade sobre a educação; procuram apenas transformar o seu caráter, arrancando a educação da influência da classe dominante.

MARX e ENGELS, 2014

Os pressupostos de Paulo Freire, muito ignorados e mal falados na atual conjuntura política brasileira, apresentam grande relação com os problemas da educação ainda hoje, décadas depois de seus escritos apesar de já considerável evolução na sistematização pedagógica do ensino. Sua pedagogia pela perspectiva do oprimido é essencial para a formação dos docentes que repercutem sua prática a fim de refleti-la na ética, sendo adequada para estudantes, apresentando-lhes não apenas conhecimentos técnicos, mas também humanitários. Nesse sentido, e tendo como base a *Pedagogia da Autonomia*, entende-se que a literatura possui papel fundamental para cumprir esse propósito e permitir a evolução autônoma dos alunos em suas diversas facetas, no entanto há uma falha em seu ensino, que deve ser compreendida e suprida.

Creio que muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes “leiam”, num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea que às vezes temos do ato de ler. (FREIRE, 1981, p. 12)

É nessa perspectiva e, ainda, no entendimento de que a literatura e a arte de modo geral são direitos inalienáveis, que se propõe a reflexão da prática educativa ao repelir os preconceitos culturais, expandir o conhecimento da cultura popular, entendê-la como legítima e se utilizar dela para o ensino. Sendo assim, outros gêneros literários além dos clássicos podem e devem ser utilizados na ressignificação das narrativas, permitindo as análises que respeitem a leitura de mundo dos educandos. A sátira é usada como exemplo forte de arte nesse sentido. A obra literária *Anastácia e Bonifácia*, de Flavio de Souza, lançada em 1995, apresenta uma nova perspectiva dos contos de fadas e pode ser usada para desenvolvimento da autonomia do educando, gosto pela leitura e possibilidade de reflexão acerca dos problemas da vida cotidiana e da análise do ser humano como um ser de contradições.

CAMINHADA E RESISTÊNCIA PELA AUTONOMIA DA EDUCAÇÃO

Uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de, intervindo no mundo, conhecer o mundo.

FREIRE, 1996

Historicamente, a educação no Brasil tardou a ser institucionalizada e metodologicamente avaliada. Somente em meados do século XX passou a existir uma legislação exclusivamente voltada à educação. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB) surgiu apenas em 1961, depois de continuadas lutas de movimentos sociais como o Escola Nova, do qual participava Anísio Teixeira, a partir de sua expressiva colaboração no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Hoje a educação brasileira dispõe de vastas leis, diretrizes, bases específicas, além de documentos que a organizam de maneira ampla, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, a realidade das escolas públicas (e também das escolas particulares) em nosso país está longe de cumprir o proposto por tais documentos. Infelizmente, a educação não tem sido direcionada à efetiva criticidade e à real busca pela esperada autonomia, vem apenas se voltando para o acúmulo de conteúdos ou mesmo a programar respostas mecânicas para uma prova objetiva que tem como finalidade a inserção do estudante em uma universidade, sem a devida preocupação com a efetividade do ensino.

Nesse sentido, o Estado é o maior culpado por negligenciar desde a estrutura das escolas à finalidade da educação proposta, contrariando, assim, até mesmo os pressupostos constitucionais. No entanto, nós, como professores, com zelo e crença em nosso ofício, devemos continuar lutando pelo não sucateamento da educação, por jornadas e salários mais justos e que nos motivem a permanecer pesquisando e desenvolvendo métodos efetivos de um ensino nos moldes sonhados por Paulo Freire e pela mudança definitiva na visão que se tem dos educadores.

Nesta monografia, como suporte, valemo-nos do livro-texto *História da Educação Brasileira*, organizado pela Universidade Federal de Santa Maria, que traz um panorama da educação desde a colonização do Brasil.

Com a chegada dos portugueses no território que hoje é o Brasil, como todo padrão da colonização, principiou-se a imposição da cultura, língua e costumes aos nativos. Por ser um reinado essencialmente católico, Portugal trouxe para a colônia os jesuítas, que, durante muito tempo, foram os responsáveis pela difusão da língua portuguesa e, principalmente, da religião

apostólica romana. Um dos grandes propósitos da instrução dos indígenas era levar a “civilização”, por meio de uma espécie de psicologia da conversão, como se refere Alfredo Bosi. Foi um período de inegável supressão e aniquilamento das culturas indígena e negra – esta última derivada dos africanos escravizados que foram trazidos também. O objetivo principal dos jesuítas era catequizar os nativos, trazer-lhes redenção, “salvar” suas vidas de suas crenças. Para isso, apoiavam-se em métodos agressivos, como retirar uma divindade da cultura indígena e colocá-la como um demônio da cultura católica, impulsionando, assim, os nativos a se converterem por medo de um inferno que sequer lhes era conhecido (BOSI, 1992); porém, utilizavam ainda de técnicas didáticas para lhes apresentar o cristianismo, como peças teatrais. O padre José de Anchieta chegou a aprender as línguas tupi para melhorar a comunicação com os indígenas em prol do aprimoramento de sua catequização.

Foi aí que a cultura indígena começou também a deixar rastros na cultura brasileira que se formava. As danças e os rituais indígenas eram usados na igreja católica, e as palavras dessa origem se impregnaram tão incisivamente no vocabulário que o português brasileiro atual possui um número considerável de palavras do léxico de origem tupi.

Tais ensinamentos jesuítas eram o mais próximo que havia do que se considerava educação nesse período. Mesmo os jovens leigos que intencionavam continuar uma formação superior se apropriavam de aconselhamentos dos jesuítas, do ensino propedêutico¹, porém estes não permaneciam no Brasil para os estudos, pois aqui não havia educação formal, o que os movia a estudar para cursar na Europa.

Com o crescimento da população colonial proprietária e o desenvolvimento de uma vida urbana, na qual se concentravam o aparelho administrativo e as atividades comerciais, com produtos locais e importados, cresceu também o desejo de instrução.

Apesar de ainda limitado, esse interesse já começava a ultrapassar o caráter extremamente elementar das escolas missionárias. E como vocação sacerdotal nem sempre acompanhava esses anseios, os seminários se abriram aos alunos externos e multiplicaram-se os colégios para alunos leigos em geral. (QUADROS, 2008)

No século XVII, os jesuítas expandiram a educação subsidiados pela Coroa Portuguesa, e o modelo de ensino do *Ratio Studiorum*² seguiu em voga. No entanto, a conclusão dos estudos deveria sempre ser na Europa, pois aqui não havia concessão de diplomas. Faz-se importante lembrar que a população na época era composta basicamente de escravizados e poucos trabalhadores livres, empresários e comerciantes – era, então, um contingente mínimo da sociedade que dispunha de acesso à educação.

¹ Ensino propedêutico se refere aos estudos introdutórios de disciplinas de caráter acadêmico.

² Um compilado com a sistematização pedagógica da Companhia de Jesus.

Somente após o refúgio da Coroa Portuguesa para a colônia e a proclamação da independência do país, pela primeira vez, em 1824, uma Constituição garantia ensino público a toda a população, embora sem quase nenhum suporte, pois os professores não possuíam direito a auxílio no custeio para a aquisição da possibilidade de lecionar, além do descaso nas instituições de ensino ser comum e não haver leis específicas para sistematizar a educação. Tratava-se, desse modo, de uma lei sem suporte e com um ensino exclusivamente voltado à moral cristã.

Somente em 1930, depois da democratização, da descentralização da educação e de certa liberdade de ensino, começaram a surgir movimentos para aperfeiçoar essa educação ainda desestimada e inalcançável. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova visionava já uma escola pública, obrigatória, gratuita e laica, sem a interferência das escolas privadas e elitistas, em que estudavam apenas aqueles que poderiam pagar pelo preço alto. Mas trinta anos depois, com o “Manifesto dos educadores democratas em defesa do ensino público” e não podendo mais ignorar o analfabetismo generalizado da população, o Estado aprovou o primeiro projeto de Leis de Diretrizes e Base da Educação brasileira (LDB), em 1961, momento no qual finalmente a educação passou a ser assegurada nos moldes de hoje.

Desde então, mesmo com a ditadura militar durante algumas décadas, deste período até 2019, a educação tem, progressivamente, alcançado mais e mais pessoas. O ensino público passou por diversas mudanças de ideologia e métodos, mas o número de pessoas analfabetas foi reduzido consideravelmente e o esforço dos educadores em divulgar documentos oficiais, como o PNC e a BNCC, apresentou-se como essencial para a abertura de uma educação organizada, sistematizada, metodologizada e plural, que abre espaços contra a discriminação e a desigualdade social, além de expandir o ingresso das pessoas nas universidades federais, diferentemente do elitismo que caracterizava o século anterior.

No entanto, nos últimos anos, prossegue o mesmo esforço por parte das escolas particulares em impedir o avanço da escola pública que já ocorria nos anos 40. Por ganância comercial evidente, a ideologia liberal insiste em tratar a educação como um empreendimento, e não como direito público e subjetivo tal como é garantido pela Constituição Brasileira. Embora a escola pública ainda seja falha em muitos quesitos e o descaso do Estado com o ensino se configurar como um projeto, como afirma Darcy Ribeiro, isso não deveria ser suficiente para se apoiar a barbárie e o entendimento de que a educação é mera fonte de lucro para grandes empresários. Por essa lógica, aqueles que não podem proporcionar a educação privada para os filhos continuam na mesma situação, e o trabalho infantil, lamentavelmente, usual. As políticas públicas atuais são essenciais para a

manutenção dos alunos na escola, devendo ser mantidas enquanto a desigualdade social persistir. Não existe meritocracia onde não há igualdade de condições. Não existe justiça enquanto o poder público é negligente, ou conivente, e a sociedade, sem perceber seu papel fundamental na luta por manutenção e na garantia de direitos, permite a perpetuação da miséria e da discriminação.

A educação pública hoje dispõe de vários projetos de permanência do aluno nas instituições escolares: alimentação nutritiva dentro do ambiente escolar; passe livre estudantil para que o aluno não gaste do pouco que possui para simplesmente chegar à escola; bolsa família para que as famílias carentes mantenham seus filhos nas escolas e não no trabalho infantil visando o sustento da casa; entre outros justos benefícios.

Entretanto, a crítica aqui está ligada ao ensino e à evasão dos alunos, principalmente no Ensino Médio. Os alunos do ensino público são constantemente subjugados, maltratados, e muitos profissionais da educação, além de discriminarem e fazerem do ambiente escolar um lugar de preconceitos, limitam a criticidade e a criatividade do estudante, bem como a sua autoestima, o que os leva à desistência.

Enquanto para os alunos de escolas particulares, em geral, o objetivo máximo é ser aprovado no vestibular, para os estudantes da rede pública essa realidade muitas vezes lhes parece completamente distante, considerando os problemas de sobrevivência e os de formação. A imediatez da fome, por exemplo, muitas vezes impede que pensem em seguir uma carreira acadêmica, em passar mais quatro anos estudando em uma universidade para finalmente obter um emprego que possa prover uma renda minimamente digna. Por esse e outros motivos, a evasão de alunos no Ensino Médio é grande, pois se encontram um emprego nesse período, não hesitam em abandonar os estudos para conquistar aquele necessário dinheiro no fim do mês.

Contudo, a continuação dos estudos não deveria ser tão difícil. A luta para se ingressar em uma universidade federal é um problema tanto na rede pública quanto na esfera particular de ensino. A educação tem sido voltada primordialmente para que o discente responda a uma prova com questões objetivas e a uma redação dissertativo-argumentativa, seja no Programa de Avaliação Seriada (PAS), no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou em provas de vestibulares. Na rede pública, o ensino superior se configura como um sonho ainda distante, enquanto nas redes particulares costuma ser o objetivo final do jovem, impedindo que a sua educação seja plural, formadora, crítica e humanizada.

É preciso que a educação seja entendida como um processo de formação do ser humano em sociedade, como um direito de acesso a todos para a compreensão de suas

realidades, para o entendimento de suas injustiças, para a visão da possibilidade de lutar pelos direitos que lhes foram negados durante toda a vida. A educação não deve ser um processo bancário de depósito de conteúdos aleatórios, como bem define Paulo Freire. Esses conteúdos têm de estar ligados entre si, entre a natureza humana e a possibilidade efetiva de mudança da realidade social. O conhecimento pluralizado está no horizonte de luta e é por isso que governos autoritários se recusam a dar-lhe a devida atenção.

Nesse sentido, e a partir do entendimento de que a forma de viver no mundo não é neutra, não se deve jamais fechar os olhos para as injustiças contemporâneas. Projetos atuais como o Escola Sem Partido são totalmente descabidos e, por mais que se negue, são ideológicos. E mais: esse movimento, que já invade o imaginário nacional, contraria os documentos oficiais que regem a educação brasileira.

Atualmente, a educação é regida por bases legais e documentadas para a sua liberdade de ensino e a abertura a todos os campos do conhecimento. Contudo, ainda há muita desvalorização dos profissionais da educação, o que desmotiva o trabalho do educador, levando-o a permanecer lecionando de maneira tradicional, muitas vezes. Como já citados anteriormente, o PCN e a BNCC apresentam a possibilidade de uma educação libertária, humanizadora e voltada para a autonomia do aluno. Algumas considerações importantes merecem ser apontadas a respeito desses documentos. Focaremos, aqui, na área de Linguagens, que é o alvo desta pesquisa.

O PCN é uma orientação nos âmbitos curriculares, pedagógicos e de formação dos estudantes, um projeto amplo e adequado de uma pedagogia nos moldes da autonomia, que, no entanto, não é efetivamente aplicada em todas as escolas. O enfoque é na educação que busca a igualdade, o fortalecimento das identidades, a autonomia, bem como um projeto pedagógico que se volta à interdisciplinaridade e à contextualização, essenciais para a compreensão do mundo de forma mais completa, não simplista ou direcionada.

O PCN, ao avaliar as diretrizes da educação brasileira, apresenta a importância da língua portuguesa em vários âmbitos:

Destaca-se a importância que o Artigo 36 atribui às linguagens: à Língua Portuguesa, não apenas enquanto expressão e comunicação, mas como forma de acessar conhecimentos e exercer a cidadania; às linguagens contemporâneas, entre as quais é possível identificar suportes decisivos para os conhecimentos tecnológicos a serem dominados. (PCN, 2000, p. 57)

Exercer a cidadania constitui questão-chave no âmbito da educação autônoma visada por Paulo Freire e aqui perpetuada, pois não se trata apenas de cumprir seus direitos e deveres, mas expandi-los, questionar as leis vigentes, exercer a liberdade de expressão e lutar

no sentido de que as garantias do cidadão sejam atendidas. Além disso, entender ainda as opressões vividas, incluindo a forma de poder na qual a língua insere o indivíduo, colocando-o em um determinado espaço na sociedade.

Inserindo aqui Paulo Freire, novamente, como norteador da ideologia dominante em todo este texto, em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, o educador afirma: “A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda solta no mundo. Com ares de pós-modernidade, insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social” (FREIRE, 1996, p. 19). O ideal, portanto, é que haja entre os estudantes a compreensão de que essa situação é mais uma alienação do mundo capitalista. A realidade social necessita dos jovens para que possa continuar mudando, para que os Direitos Humanos sejam respeitados, para que as garantias legais sejam cumpridas, para que os verdadeiros culpados sejam responsabilizados pela fome, pelo desemprego, pela miséria, pela existência de pessoas em situação de rua. Desse modo, o campo da Linguagem aqui é compreendido como ferramenta essencial de acesso aos direitos do cidadão.

Nesse contexto, o PCN e a BNCC propõem a área de Linguagens sem divisão entre gramática, literatura e redação, abarcando tudo em um ambiente mais amplo que permita a compreensão destas esferas nos âmbitos teóricos e práticos da vida cotidiana. Esse enorme avanço permite que as áreas sejam ampliadas e que o estudo de literatura não se resuma a estudo de obras literárias em síntese, ou mesmo que a gramática seja apenas abstrata, mas, sim, que a leitura se conjugue à escrita e que a gramática seja percebida como inseparável do texto.

E o texto, irradiador de significados, ultrapassa o texto literário em si, configurando toda forma expressiva, do cânone ou não, possibilitando a abertura para uma arte e uma linguagem que se comuniquem com os estudantes, permitindo, assim, uma aproximação maior com o objeto de estudo. Compreender que o *rap*, o *funk*, as revistas em quadrinhos, os filmes de super-heróis, por exemplo, não são artes de menor valor, mas formas de inserir criticamente os jovens no mundo, possibilitando-lhes o pertencimento no mundo cultural e no ambiente escolar, evitará que se subestime e banalize seus conhecimentos e predileções.

As opiniões e os conhecimentos em diversas áreas por parte dos alunos são respeitados no PCN atual a partir do entendimento de que integram o imaginário do aluno e a liberdade associada ao seu universo. Tudo isso pode e deve ser utilizado como método de aproximação com o aluno e quebra da hierarquia com o professor. O docente não é detentor unânime do conhecimento. Podemos errar, podemos desconhecer determinadas coisas do mundo, as quais,

em algum momento, um aluno sabe melhor e tem o absoluto direito de compartilhar. O processo de ensinar não é unilateral – daí a sua natureza rica, plural e desafiadora.

Entramos, então, no capítulo “Ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”, pois ignorar a vivência e a visão de mundo do educando é desrespeitar a autonomia não apenas do educando, mas do ser humano em si. E não respeitar essa autonomia é desumanizá-lo, é discriminar sua capacidade. Tal ato não pode ser aceito, pois: “[...] qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar [...] Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.” (FREIRE, 1996, p. 61).

É primordial refletir, também, que “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 22), considerando-se que o estudante não chega à escola como uma “tábula rasa”. A criança ou o jovem podem não saber especificamente um conteúdo, mas têm a capacidade de aprender, e essa capacidade é que deve ser progressivamente utilizada e fortalecida, para a ampliação da percepção de mundo pré-existente na vida do estudante.

A BNCC, inclusive, não deixa de lado a questão da progressividade. O documento apresenta aos professores as competências e habilidades que devem ser alcançadas em cada etapa da educação/desenvolvimento para que os alunos tenham desenvolvido plenamente a capacidade de compreender conteúdos cada vez mais complexos e que possam exigir mais do ponto de vista cognitivo. No entanto, cabe ao docente observar se todos os alunos estão acompanhando adequadamente o que é proposto no espaço da sala de aula, pois não se deve esquecer que cada discente possui um ritmo diferente de aprendizado, o que é completamente normal.

O foco dessa sistematização do ensino é desenvolver habilidades para atuação nos campos de atuação social, ou seja, na vida cotidiana, pública, artística, etc. É um projeto que visa uma educação voltada diretamente à cidadania prática, objetiva, justificada e ativa, não sendo, portanto, meramente depósito de conhecimento. No que diz respeito à língua portuguesa, foi determinado se tratar de um dos maiores mecanismos de ação social, podendo atuar de modo potente e transformador em diversas áreas do conhecimento.

Para que a organização curricular a ser adotada – áreas, interáreas, componentes, projetos, centros de interesse etc. – responda aos diferentes contextos e condições dos sistemas, das redes e das escolas de todo o País, é fundamental que a flexibilidade seja tomada como princípio obrigatório. Independentemente da opção feita, é preciso destacar a necessidade de “romper com a centralidade das disciplinas nos currículos e substituí-las por aspectos mais globalizadores e que abranjam a

complexidade das relações existentes entre os ramos da ciência no mundo real” (Parecer CNE/CEB nº 5/2011). Para tanto, é fundamental a adoção de tratamento metodológico que favoreça e estimule o protagonismo dos estudantes. (BNCC, 2017, p. 479)

Portanto, a educação é expandida e multidisciplinar, possibilitando a pluralidade sem divisão social e vê-se a necessidade da constante atualização das metodologias para acompanhar as novidades culturais e sociais em progressiva mudança. Nesse sentido, a BNCC define cinco campos de atuação social que devem ser abordados no Ensino Médio: o campo da vida pessoal, o campo das práticas de estudo e pesquisa, o campo jornalístico-midiático, o campo de atuação na vida pública e o campo artístico. Todos esses campos, em conjunto, permitem que o estudante seja um ser social e ativo, atento ao que pode acontecer em sua comunidade e em seu país e possibilita reflexão no sentido de que este atue de forma consciente e adequada.

A partir de então, competências acerca das áreas de Linguagens, Artes e Educação Física são estabelecidas e, dentro delas, habilidades que devem ser alcançadas pelos estudantes. São sete competências, sendo três delas específicas para cada área do conhecimento, portanto não abordaremos as competências 5 e 6, pois são voltadas para Educação Física e Artes, respectivamente. As demais competências, que nos são necessárias para a docência na área de linguagens baseiam-se, resumidamente, em:

1. Interpretar criticamente a realidade social e possibilitar a organização de discursos nos diferentes campos de atuação social;
2. Compreender os processos identitários, a natureza e necessidade dos Direitos Humanos, da empatia e do combate aos preconceitos;
3. Utilizar as diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) ao exercer o protagonismo com autonomia;
4. Compreender as línguas como fenômeno (geo)político, cultural, social e variável, entender a força de dominação das línguas e o preconceito linguístico;
5. Engajar em práticas autorais e coletivas utilizando a linguagem do meio digital.

No que diz respeito à literatura, ela é central para a efetivação destas premissas:

Em relação à literatura, a leitura do texto literário, que ocupa o centro do trabalho no Ensino Fundamental, deve permanecer nuclear também no Ensino Médio. [...] Como linguagem artisticamente organizada, a literatura enriquece nossa percepção e nossa visão de mundo. Mediante arranjos especiais das palavras, ela cria um universo que nos permite aumentar nossa capacidade de ver e sentir. Nesse sentido, a literatura possibilita uma ampliação da nossa visão do mundo, ajuda-nos não só a ver mais, mas a colocar em questão muito do que estamos vendo e vivenciando. (BNCC, 2017, p. 499)

Um longo caminho foi trilhado para se chegar a esse nível de organização e sistematização da educação brasileira, infelizmente, distante da realidade cotidiana nas salas de aula brasileiras. Um longo período de lutas pela educação possibilitou a criação de textos como a BNCC, que nos apresenta uma educação ampla visionada por Paulo Freire, mas que tem sido criticada e não efetivada pelas razões anteriormente citadas. A educação e a literatura caminham juntas na resistência por vidas menos alienadas e mais ativas na luta contra as opressões.

LITERATURA PELA AUTONOMIA

... [a literatura] não corrompe, nem edifica, mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver.

CANDIDO, 2002.

Como foi abordado brevemente no primeiro capítulo, a literatura se apresenta como central no ensino de acordo com a BNCC. Desde o ensino infantil até o ensino médio, essa área do conhecimento deve ser primordial, já que:

enriquece nossa percepção e nossa visão de mundo. Mediante arranjos especiais das palavras, ela cria um universo que nos permite aumentar nossa capacidade de ver e sentir. Nesse sentido, a literatura possibilita uma ampliação da nossa visão do mundo, ajuda-nos não só a ver mais, mas a colocar em questão muito do que estamos vendo e vivenciando. (BNCC, 2017, p.499)

A literatura aparece como um direito humano, tal como afirma Antonio Candido, em ensaio publicado há mais de 40 anos: *O direito à literatura*. Contudo, a BNCC ultrapassa essa instância ao afirmar que a literatura a ser vista em sala de aula deve ser ampliada além do texto lido de maneira redutora e imediatista, já que nem sempre corresponde à realidade e aos anseios dos jovens contemporâneos. O termo literatura, aqui, abrange várias formas de arte diversificadas, desde a epopeia à poesia cantada, ao *rap*, ao *funk* e às mais diversas formas de expressão.

No que diz respeito à literatura enquanto componente curricular, a BNCC apresenta a disciplina como caráter transformador e passível de promover a empatia e a compreensão de outros tempos e das diversas narrativas. A base não exclui a literatura de rua, a literatura africana, indígena, oriental. No entanto, os pressupostos são quase utópicos não apenas nesse sentido, mas em sua base como um todo. A teoria não é levada à prática e isso já é perceptível ao entrar em contato com o material didático adotado pelas escolas. Os livros didáticos de literatura possuem apenas aqueles autores brasileiros clássicos e, no máximo, algumas caixas de texto com informações extras sobre um ou outro escritor a mais, às vezes negro brasileiro, além de Machado de Assis (que durante décadas foi alvo de embranquecimento), e menos ainda escritoras mulheres, negros e negras de países africanos de língua portuguesa, nem indígenas e a literatura marginal continua fora do âmbito escolar. Apenas os escritores ditos eruditos e inseridos no cânone são contemplados no material e, conseqüentemente, adotados em sala de aula.

Antonio Candido, em seu artigo *O direito à literatura*, afirma, então, que a literatura é um direito *incompressível* do ser humano, tal qual existe a necessidade do alimento, da

moradia, da água e do saneamento básico, há também o imperativo de se permitir a socialização da literatura, como direito inalienável.

[...] afirmam que o próximo tem direito, sem dúvida, a certos bens fundamentais, como casa, comida, instrução, saúde, coisas que ninguém bem formado admite hoje em dia que sejam privilégio de minorias, como são no Brasil. Mas será que pensam que o seu semelhante pobre teria direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven? (CANDIDO, 2004, p. 172)

O direito ao acesso à leitura de obras consideradas eruditas é algo essencial para a manutenção da capacidade reflexiva e possibilidade de resistência da população contra qualquer injustiça, além de perpetuar o desejo de tornar-se autor.

De acordo com Candido: “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.” (CANDIDO, 2004, p. 175). Ou seja, é a arte de toda forma de pensamento, do mais progressista ao fascista, do abolicionista ao colonialista, etc. O autor também aborda o caráter formador de personalidade da literatura, que acompanha os seres sociais desde a primeira infância e pode levar a ideias completamente distintas, abrangendo infinitas possibilidades, o que pode gerar até conflitos no âmbito escolar por, muitas vezes, a obra ir contra os princípios religiosos/morais/ideológicos de alunos, classes dominantes, pais ou até mesmo por parte do docente. Mas a literatura possui essa característica de ser, eventualmente, provocadora e controversa, o que a torna ainda mais plural e necessária.

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos mas também ensinar a pensar certo. Daí a impossibilidade de vir a tornar-se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, que lê horas a fio, domesticando-se ao texto temeroso de arriscar-se, fala de suas leituras quase como se estivesse recitando-as de memória – não percebe, quando realmente existe, nenhuma relação entre o que leu e o que vem ocorrendo no seu país, na sua cidade, no seu bairro. (FREIRE, 1996, p.26)

O que é necessário que seja atendido na educação quanto à literatura é que ela não está desconectada da realidade concreta e das vidas contemporâneas, mas que pode, sempre, permitir a expansão dos conhecimentos e a atualização de suas histórias e demandas. É importante ler os clássicos e é importante saber a conexão deles com a existência humana e com as notícias do dia anterior, bem como o percurso dos fatos na história e a consequência deles. No entanto, não se pode desconsiderar a cultura “de massa”, as histórias infantis e as novelas, pois são retratos da realidade vivida, da identidade de um povo ou de seu imaginário.

Quando Candido escreveu *O direito à literatura*, um quarto da população ainda era analfabeta, dado que mudou drasticamente em comparação a hoje, apesar de ainda haver uma quantidade considerável de analfabetos funcionais. O crítico, ao longo de todo o texto, trata da

necessidade de a literatura dita erudita alcançar a população mais pobre também. População esta que só foi ser protagonista de uma obra literária canônica no Romantismo e que até hoje não possui acesso efetivo a estas obras. Afirma Candido:

Em nossa sociedade há fruição segundo as classes na medida em que um homem do povo está praticamente privado da possibilidade de conhecer e aproveitar a leitura de Machado de Assis ou Mário de Andrade. Para ele, ficam a literatura de massa, o folclore, a sabedoria espontânea, a canção popular, o provérbio. Estas modalidades são importantes e nobres, mas é grave considerá-las como suficientes para a grande maioria que, devido à pobreza e à ignorância, é impedida de chegar às obras eruditas. (CANDIDO, 2004, p. 186)

Permita-me complementar, especificamente, este ponto aludido por Candido, pois considero que as relações no âmbito da erudição devem ser recíprocas: se a parte mais pobre da população deve ter por direito incompressível o acesso à literatura, essa parcela deve ter por direito também o reconhecimento de sua arte e cultura produzidas nas favelas, nas cidades de periferia ou até nas zonas rurais. O termo “literatura erudita” carrega consigo certo elitismo, pois contempla, geralmente, textos literários produzidos por autores brancos e de classe alta, desclassificando a arte de, por exemplo, Carolina de Jesus, Paulo Lins, etc, que ainda hoje provocam discussões na academia sobre terem ou não escrito obras clássicas do cânone literário (discussão que seria evitada se houvesse menos preconceitos de cor e classe).

Além disso, as produções das periferias são formas de resistência da classe trabalhadora, que luta constantemente pela sobrevivência, contra o racismo, o patriarcado, o preconceito de classes e a violência. Essa população não está desatenta às mazelas da existência humana e também produz arte como forma de expressão de suas identidades e luta contra a opressão, com estéticas que interagem com suas realidades, algo que uma obra erudita pode não fazer. Não é necessário dispor de conhecimento linguístico suficiente ou se valer de termos considerados bonitos ou em inglês utilizados no meio acadêmico para entender as opressões que são aparentes na vida cotidiana e usar a voz contra elas.

Na perspectiva do docente, refletir essas questões é essencial para a compreensão de que a realidade dos alunos não é retratada em uma epopeia grega e isso distancia o estudante das obras comumente estudadas na escola. Freire questiona: “Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida?” (FREIRE, 1996, p. 30). O ensino da literatura, portanto, deve compreender a dimensão real das circunstâncias para alcançar o interesse dos alunos, para que entendam o conteúdo como algo presente e latente.

“Ensinar inexiste sem aprender e vice-versa” (FREIRE, 1996, p.23) e, nesse sentido, o docente aberto a conhecer a cultura do estudante, sem se valer de preconceitos e julgamentos, poderá usar isto a seu favor e alcançar a compreensão do aluno através da comparação, por exemplo. Além disso, permitir ao aluno a sensação de que ele é um ser ativo socialmente e de que a sua cultura não é inferior possibilita que este possa se sentir capaz de também produzir cultura, independentemente de qual tipo ela seja.

Pensar que formas de arte como o *funk*, o *reggae* e o *rap* são inferiores configura uma atitude preconceituosa e desrespeitosa com a comunidade e a maior parte da população que consome essa cultura diariamente, ou até mesmo produz e ganha o sustento por meio dela. Não há cabimento em abordar a desigualdade social e as consequências de cada etapa da história do Brasil sem ouvir as camadas populares. MC Carol, uma cantora do Rio de Janeiro, lançou uma música em 2015 contestando os primórdios da história do Brasil: a chegada das caravanas portuguesas. Em ritmo de *funk*, a letra diz:

Professora me desculpe
Mas agora vou falar
Esse ano na escola
As coisas vão mudar

Nada contra ti
Não me leve a mal
Quem descobriu o Brasil
Não foi Cabral

Pedro Álvares Cabral
Chegou 22 de abril
Depois colonizou
Chamando de Pau-Brasil
Ninguém trouxe família
Muito menos filho
Porque já sabia
Que ia matar vários índios

Treze Caravelas
Trouxe muita morte
Um milhão de índio
Morreu de tuberculose
Falando de sofrimento
Dos tupis e guaranis
Lembrei do guerreiro
Quilombo Zumbi

Zumbi dos Palmares
Vitima de uma emboscada
Se não fosse a Dandara
Eu levava chicotada³

³ CAROL, MC. *Não Foi Cabral*. Rio de Janeiro: Heavy Baile Records, 2016. Disponível em: <https://soundcloud.com/heavybaile/mc-carol-nao-foi-cabral>. Acesso em 04. jul. 2019.

A música começa com o hino nacional que, em segundos, é tomado pelo ritmo do *funk*. E, então, a cantora se dirige à professora sobre fatos escondidos por trás do ensino da história do país, que, ideologicamente, é eurocentrado. O genocídio dos povos indígenas, a luta por sobrevivência, as doenças trazidas e as tentativas de escravização são, por vezes, fatos omitidos no ensino, além da figura de Dandara, símbolo de resistência dos movimentos negro e feminista, mas ignorada pelos livros didáticos.

A linguagem e o tema da música remetem ao movimento antropofágico fundado por Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, que representa profunda e verdadeiramente a cultura brasileira, reescrevendo de modo crítico a história do Brasil colonial. Assim como o movimento antropofágico e a escola modernista como um todo, a música busca trazer à tona a história esquecida do país em uma linguagem extremamente brasileira: a posição ou ausência dos pronomes, a não marcação de plural em todas as palavras. Obviamente há muitas diferenças de estilo, mas é possível valer-se da música para comparar com a intenção de Cecília Meireles em apresentar os heróis e injustiçados da Inconfidência Mineira em *Romanceiro da Inconfidência*.

A letra da música fala diretamente ao ensino. A análise histórica da cantora traz essa perspectiva pouco abordada nos livros didáticos, algo que há pouco tempo vem sendo problematizado. Além disso, a música permite a ampliação da perspectiva da história de maneira simples, direta e dentro da linguagem e da cultura dos próprios alunos que podem ter uma noção maior da história em contato direto com essa linguagem e estilo, mais próximo deles.

Para o professor Flávio Morgado, do Colégio e Vestibular de A a Z, a visão da história a partir de grupos considerados marginais foi feita justamente a partir de um tipo de música que também é marginalizada. “Ela está se comunicando com o seu público, que muitas vezes também é marginalizado. A música tem uma certa ironia e humor, característicos do gênero. E mesmo com humor, ela tem uma coerência.”⁴

Faz-se necessário compreender que a visão de nós, professores, ou da elite acadêmica, não constitui a verdade absoluta, e os oprimidos devem ser escutados antes, pois eles têm voz e o direito de usá-la, seja como for. Utilizar dessas ferramentas de aproximação com a realidade dos estudante irá permitir que ele, enfim, assuma-se “como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto.” (FREIRE, 1996, p. 41).

⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/musica/noticia/2015/07/professores-analisam-funk-de-mc-carol-que-contesta-historia-do-brasil.html>. Acesso em: 04. jul. 2019

Outra forma de expressão muito importante e que deve ser utilizada com mais vigor é a sátira, que permite a ressignificação de histórias clássicas, contos de fadas, histórias e personagens bíblicos, os quais se adequem melhor à realidade de um tempo, um espaço ou uma situação. A sátira pode, inclusive, ser proposta como tarefa para que os alunos apresentem suas visões em relação às situações e as compreenda em suas próprias realidades, individuais ou coletivas.

Todas essas questões entram no âmbito da leitura de mundo dos estudantes, cada forma de expressão das quais os identificam mais revela a compreensão da sociedade que se tem. Portanto, o que se entende por literatura deve ser ampliado no que se refere à educação e ainda como forma expressiva de uma sociedade como um todo, pois as formas de identidade e expressão das populações mais pobres são genuínas e assim devem ser entendidas no sentido de alcançar a ampliação do entendimento e da noção de que cada aluno pode também ser autor de suas narrativas, bem como ator social, sem nenhuma discriminação quanto ao gênero das produções artísticas. Cada expressão é válida à sua maneira.

ANASTÁCIA E BONIFÁCIA: a resignificação dos contos de fadas na perspectiva freiriana de autonomia

O necessário é que [...] o educando mantenha vivo em si o gosto da rebeldia.

FREIRE, 1996

Considerando o ensino de literatura proposto pela BNCC e a progressão do ensino de acordo com as competências e habilidades a serem alcançadas em cada etapa educacional, faz-se necessário compreender a função social e psicológica de alguns gêneros literários essenciais para a formação humanitária do estudante. Sem preconceitos culturais e respeitando-se a leitura de mundo do estudante, a partir da infância, os alunos devem, aos poucos, adentrar em outras realidades literárias a fim de expandirem crítica e criativamente os universos apreendidos e também potencializarem suas leituras literárias a partir da melhor compreensão de seus repertórios, ao conhecerem e entenderem as metáforas, ironias e sátiras presentes, dispondo da capacidade de estabelecer as devidas relações com a vida cotidiana.

A BNCC nos apresenta um projeto de educação voltado para a autonomia, formação da personalidade e proposta de uma cidadania ativa aos estudantes. Nesse sentido, preocupando-se com cada fase da vida dos estudantes como alunos e como pessoas na sociedade, a literatura acompanha a evolução e a compreensão destes seres e é a partir desse entendimento que existem a literatura infantil, infanto-juvenil, contos de fadas (voltados, em geral, para o público infantil) com o discernimento de que são períodos diferentes da vida que passam por diferentes angústias. Nenhum dos gêneros citados são exclusivos de faixas etárias pré-determinadas. Nesse sentido, entende-se que: “Como sucede com toda grande arte, o significado mais profundo do conto de fadas será diferente para cada pessoa, e diferente para a mesma pessoa em vários momentos de sua vida.” (BETTELHEIM, 1980, p. 21).

O foco desta monografia está na educação, no entanto, não será esquecido que a literatura vai muito além dos propósitos da compreensão do texto em si, muito além do estudo da estética e da leitura coletiva. O texto literário é essencial na vida humana por carregar consigo subjetividades e problemáticas do dia a dia capazes de atingir as mais escondidas emoções, suscitando dor, sensibilidade, tristeza, angústia e, principalmente, empatia, cumprindo a sua função humanista.

Levar em conta a interação leitor-texto para discutir literatura parece dar conta de forma mais adequada do modo de inserção da literatura na vida escolar, uma vez que a prática de leitura patrocinada pela escola é dirigida, planejada, limitada no tempo e no espaço. Tais atributos tornam a leitura escolar bastante afastada da individualidade, solidão e gratuidade que caracterizam a leitura prevista pelas teorias

da literatura que desconsideram, em suas reflexões, as condições institucionais nas quais ocorre a leitura dos textos de cuja literariedade elas se ocupam. (LAJOLO, 2011, p.32)

Refletindo as fases da vida e da literatura nesse sentido, deve-se esclarecer que a noção de infância como faixa etária específica existente na sociedade atual é fruto das relações burguesas: “a emergência de uma nova noção de família, centrada não mais em amplas relações de parentesco, mas num núcleo unicelular, preocupado em manter sua privacidade (impedindo a intervenção dos parentes em seus negócios internos) e estimular o afeto entre seus membros.” (ZILBERMAN, 2003, p. 15). E a noção de adolescência também tardou a ser instituída, somente ocorrendo, no Brasil, por volta dos anos 50 com a mudança de cultura e costumes capitalistas. Atesta-se, portanto, um avanço nos estudos das questões físicas, comportamentais e psicológicas por faixas etárias, o que amplia o conhecimento capaz de tornar a experiência da vida humana cada vez melhor. Assim, entender a infância, a adolescência, a juventude, a fase adulta e a velhice como construções sociais foi essencial para que as ciências humanas, de modo geral, pudessem estabelecer relações e diferenças.

Nesse sentido, a literatura infantil e os contos de fadas são essenciais na infância para estímulo da criatividade, abertura para a noção de problemas internos e formas de lidar até mesmo com problemas edípicos, como propõe Bruno Bettelheim no livro *A psicanálise dos contos de fadas*. De acordo com o psicólogo, as personagens desses contos representam, geralmente, um alívio para a vida da criança e o final feliz pode trazer a esperança necessária para que ela continue a viver sua infância sabendo lidar com a preocupação com o futuro e com as frustrações de seu presente.

Uma criancinha, por mais inteligente que seja, sente-se tola e inadequada quando é confrontada com a complexidade do mundo que a cerca. Todos parecem saber tão mais do que ela, e ser tão mais capazes. Esta é a razão pela qual muitos contos de fadas começam com a situação do herói sendo depreciado e considerado tolo. Tais são os sentimentos da criança acerca de si mesma, e que são projetados não tanto no mundo em geral, mas nos pais e irmãos mais velhos. (BETTELHEIM, 1980, p.132)

No entanto, ao atingir a adolescência, essa questão deixa de ser a principal e, ao entrar em contato com a realidade a se endurecer aos poucos, o adolescente encontra conforto no humor ou na rebeldia, e a confusão da idade pode ser amenizada caso recorra aos meios da literatura como forma de garantir-lhes a autoestima e confiança.

A incessante flutuação da identidade adolescente produz angústia e obriga a um refúgio interior muito característico. Neste momento, o mundo infantil desempenha um papel predominante, pois só através de uma relação adequada com objetos inteiros bons e com experiências internas não muito negativas é que o adolescente alcançará uma personalidade satisfatória.

Esta audiência no mundo interior permite uma espécie de reajuste emocional, um autismo positivo com um incremento da intelectualização.

Assim, surge a preocupação com princípios éticos, filosóficos, sociais que, frequentemente, implicam a formulação de um plano de vida e a teorização sobre as grandes reformas que podem ocorrer no mundo exterior. (CAMPOS, 2001, p.119)

As histórias de literatura infantil, os contos de fadas continuam sendo parte do imaginário dos jovens, no entanto, já lhes parecem tolos e sem conexão concreta com o real, pois veem em suas vidas cotidianas as circunstâncias tomarem rumos completamente distintos do que o ali prometido. O final da história demora a chegar, e nem sempre ele é feliz.

Nesse sentido, as sátiras assumem papel fundamental de ressignificação das histórias, do ativo pensamento e do exercício da autonomia do estudante ao lhe permitir a comparação entre enredos, contextos e sociedade.

É importante salientar que o novo momento da compreensão da vida social não é exclusivo de uma pessoa. A experiência que possibilita o discurso novo é social. Uma pessoa ou outra, porém, se antecipa na explicitação da nova percepção da mesma realidade. Uma das tarefas fundamentais do educador progressista é, sensível à leitura e à releitura do grupo, provocá-lo bem como estimular a generalização da nova forma de compreensão do contexto. (FREIRE, 1996, p. 82)

Há, portanto, a possibilidade de reavivar as leituras da infância e aplicá-las num diferente tempo e contexto. O aluno pode refletir em quais conjunturas, socialmente, as obras literárias são menos ou mais correspondentes em suas leituras de mundo e recorrer à escrita a partir de seu entendimento das discussões e ambiguidades do texto. Como educadores, faz-se necessário compreendermos o universo pessoal dos estudantes como primordial na proximidade e efetivação da docência melhorada e do ensino da literatura.

Nesse âmbito do desenvolvimento e focando no ensino médio, e na sátira da imersão cultural infantil dos estudantes, está *Anastácia e Bonifácia*, um livro de Flavio de Souza, escritor, roteirista e ator paulista, criador do famoso programa infantil de televisão *Castelo Rá-Tim-Bum*. A obra ironiza a história da Gata Borralheira, Cinderella, anos depois do “felizes para sempre”, com um humor imoral que desestrutura e revela os segredos por trás das aparências das famílias e relacionamentos perfeitos vislumbrados pelos contos de fadas no geral.

Os contos de fadas, por serem muito difundidos oralmente, possuem diversas narrativas com enredos e finais diversos. Entretanto, esta análise valer-se-á da versão mais conhecida e difundida da história de Cinderella: a pobre e bondosa órfã vive escravizada por sua madrasta e irmãs malvadas que a aterrorizam e a trancafiam, impedindo-lhe de procurar uma vida feliz. Até que um dia, com a ajuda de uma fada madrinha que aparece milagrosamente para arrumá-la e tirá-la dali, a pura donzela vai a um baile promovido para que o príncipe encontrasse uma esposa. O rapaz se apaixona por ela, mas, ao soar das

badaladas da meia-noite, ela sai, pois o encanto se acabaria. O sapatinho de cristal cedido pela fada se perde, e o príncipe corre em busca da mulher cujo sapatinho era especialmente pequeno. Por fim, encontra Cinderella, casam-se e vivem felizes para sempre. Mas o propalado sintagma *felizes para sempre* dura até quando?

Algo muito característico dos contos de fadas, principalmente dos contos que envolvem princesas, é a busca por uma ligação satisfatória com outra pessoa, o amor eterno: “Os contos ensinam que quando uma pessoa assim o fez, alcançou o máximo, em segurança emocional de existência e permanência de relação disponível para o homem; e só isto pode dissipar o medo da morte.” (BETTELHEIM, 1980, p. 19). Isso levou, por muitos anos, as meninas, principalmente, a desejarem compulsoriamente encontrar um amor heterossexual que pudesse estabilizá-las emocionalmente e romanticamente. A idealização ocorre não apenas nos contos de fadas, já que ainda é propagado nos romances, novelas e filmes de comédia romântica. Essa arte do entretenimento não deixa de ser eficiente para aliviar um pouco as dores da vida real, mas refletir uma outra visão delas se apresenta como essencial, e o livro de Souza traz esse viés.

Com a percepção de que a realidade concreta não corresponde aos anseios produzidos pela ficção, também até por influência do feminismo, que tem alcançado as garotas cada vez mais novas, surgem os questionamentos acerca da moral reproduzida e difundida por essas narrativas. A esperança de se encontrar um amor eterno, perfeito e de se constituir uma família de feição de “comercial de margarina” é esmagada pela implacável realidade, pelos desencontros inevitáveis, pelas contumazes responsabilidades da vida, além dos relacionamentos amorosos.

E é partindo dessa perspectiva que *Anastácia e Bonifácia* surge. O romance epistolar provoca muitas risadas por apresentar uma Cinderella, digamos, “imoral”, bem como personagens muito mais elaborados do que aqueles dispostos nos contos de fadas tradicionais. Cada personagem é ilustrado com uma personalidade diferente e empolgante, afastando-se da típica característica maniqueísta muito comum nessas narrativas, a partir da qual há um bem e um mal absolutos. Assim, a história de fadas do conto original é desmistificada. O enredo é composto por muitas tramas que partem para outros tipos de discussão, mas o foco, neste texto, está na questão da desconstrução do romantismo e dos personagens em suas dualidades.

Na sátira em questão apresenta a troca de cartas entre as irmãs Anastácia e Bonifácia, filhas da madrasta, anos após o casamento de Cinderella. Inicialmente, apenas as cartas das duas aparecem, até que os outros personagens começam também a se corresponder, formando uma trama que envolve fofocas, revelações, descobertas e até mesmo uma guerra em meio à

confusão familiar. Ao longo das cartas lidas, percebe-se que os personagens deixam de ser lineares como no conto, passam a ter contradições como todo ser humano. A personagem da Cinderella é a mais controversa. Apesar do romance ser escrito por epístolas e, assim, permitir que a verdade seja difusa (já que nem todas as suposições compartilhadas pelas personagens são comprovadas), a farsa do casamento de Cinderella é a mais evidente e comprovada em alguns aspectos.

Em um momento do livro descobre-se que o príncipe é, na verdade, homossexual e é casado com Cinderella apenas por aparências apesar de se gostarem, como é notável pelas cartas trocadas entre os dois. O casamento arranjado pelo rei quando o príncipe se dizia apaixonado pela Cinderella, e, de acordo com as irmãs, só ocorrera por que a princesa planejava receber o título desde a infância. O boato é de que a princesa não tinha visto nenhuma fada e teria criado essa narrativa para tornar mágico o seu amor pelo príncipe. Na realidade, ela havia ganhado o sapatinho de cristal de seu pai como lembrança de uma viagem dele à China (onde descobriu o ópio e teria, inclusive, falecido por causa da droga), que lhe contou o costume do país de enfaixar os pés das moças para permanecerem pequenos e, desse modo, Cinderella fez para caber sempre nos sapatinhos e um dia conquistar o príncipe. A moça teria se preparado, enfim, já adulta, para ir ao baile do príncipe, fez algo com ele na varanda que teria conquistado o seu coração e, por fim, perdera o sapato para lhe lançar charme, conquistando, por fim, o título de princesa.

Nessa versão da história, muitas outras situações são colocadas e a personagem realmente não é apresentada como este ser puro do conto de fadas, assim como a madrasta não é figura de todo maléfica. Assim, a comprovação de que há dois lados em todas as narrativas é o fato de que Cinderella e madrasta fazem as pazes no final da obra, entendendo-se como companheiras e sobreviventes, e não rivais. Todas essas questões apontam para uma noção do real e da menor romantização das circunstâncias, e o casamento se apresenta como uma instituição falida.

A narrativa leva o leitor a refletir as idealizações românticas que se faz presente, muitas vezes, até mesmo na contemporaneidade, muito por influência da estética romântica latente, que propaga a ideia do amor inabalável que tem seu fim pela satisfação institucional do casamento ou pela morte. A magia e o impossível são substituídos pela decisão racional ou emocional de cada personalidade, sem intervenções do universo como se todas as circunstâncias fossem premeditadas pelo destino. Não há destino aqui, há a confluência de sexualidades, crenças, caráter e ética envolvidas das relações humanas e, principalmente, familiares.

Apesar do tom de humor e ironia de *Anastácia e Bonifácia*, muitos temas sérios são colocados de maneira sutil, como a pedofilia, o incesto e o vício em drogas, além das relações conturbadas entre crianças e seus pais. No entanto, a obra, desde o princípio, prende e envolve o leitor, principalmente se este for um adolescente em formação e interessado no que se encontra fora da moral da sociedade.

O livro, na perspectiva educacional, além de ser um ótimo modo de introduzir uma narrativa diferente, fora ainda do cânone, para a sala de aula, também permite que os alunos conheçam de forma concreta a possibilidade de ressignificar todas as questões que pareciam se circunscrever a uma verdade absoluta na infância, ao provocar o questionamento da origem de certas ideologias inseridas no imaginário popular. Dessa forma, pode ser proposto aos alunos discutir os fatos em outros contextos, como discutir além da moral e do ensinamento de um conto de fadas, mas o que representa na vida cotidiana.

Qual a verdadeira relação entre os personagens fictícios e os reais; há uma ligação? Por que os personagens não se parecem em nada com os colegas de classe? O ideal das princesas perfeitas pode projetar uma idealização que é irreal? Debater como isso tudo influencia na vida cotidiana e permitir que os alunos renovem essas narrativas e possam inserir nelas suas visões de mundo é respeitar e permitir entender seu tempo e contexto. “O educador que respeita a leitura de mundo do educando, reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, desta forma, recusando a arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria da posição verdadeiramente científica.” (FREIRE, 1996, p. 123)

Trabalhos de escrita e produção de texto além dos debates em que o professor não participa, apenas medeia, permitem que a voz do aluno seja ouvida e que a autonomia seja exercida através da produção ativa e consciente, além de respeitar os pressupostos teóricos da educação que exigem a compreensão de textos e produção deles, mas não de forma mecanicista. “Somente quem escuta paciente e criticamente o outro, fala *com* ele, mesmo que, em certas condições, precise de falar a ele.” (FREIRE, 1996, p. 113) e, nesse sentido, o professor cumpre seu papel de gente: como afirma Paulo Freire, podemos saber quaisquer coisas, mas só o saberemos melhor quando construímos a autonomia em respeito a outrem, ouvindo-o aberto a aprender o que não se sabe ainda. Somente dessa forma a docência exercerá papel fundamental na formação ética, pois não se deve ensinar algo sem agir como tal antes.

Portanto, a educação que respeita a progressão gradual dos estudantes e cada fase da vida deles pode ser essencial na promoção de maior compreensão de estruturas literárias, significados, análises de personagens e contextos em que melhor se encaixam as narrativas. A

sátira de Flavio de Souza cumpre o papel de ressignificar um conto tão popular a partir de perspectivas contemporâneas e expansão da realidade concreta como muito mais profunda do que as aparências das histórias ideais e perfeitas com personagens inteiramente puros ou maléficos.

CONCLUSÃO

A minha resposta à ofensa à educação é a luta política consciente, crítica e organizada contra os ofensores.

FREIRE, 1996

Muito já foi pensado e empreendido pela educação, e mais ainda pode ser feito se os professores, em conjunto com a sociedade, prosseguirem lutando para a manutenção e o aperfeiçoamento da realidade educacional. Ao se aplicar os ensinamentos de Paulo Freire no que se refere à autonomia, a vantagem para os estudantes será admirável, fazendo-se urgente e providencial em uma sociedade tão desigual. Nesse sentido, o respeito à progressão do ensino auxilia na formação identitária gradual ao lado da autonomia e a reflexão de antigos conhecimentos apresenta-se como essencial para a produção e a análise profunda em vários aspectos, o que pode ser feito com a ajuda das sátiras e dos contos de fadas, como exemplificado por *Anastácia e Bonifácia*.

Sendo assim, este texto faz-se esperançoso e crente na formação cada vez mais profunda, humana e ética de estudantes, que compreendam suas realidades e acreditem na mudança. “Sempre recusei os fatalismos. Prefiro a rebeldia que me confirma como gente e que jamais deixou de provar que o ser humano é maior do que os mecanicismos que o minimizam.” (FREIRE, 1996, p. 115).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Bases Legais*. Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000.

CAMPOS, Dinah. *Psicologia da adolescência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

CANDIDO, Antonio. *O direito à literatura*. In: *Vários Escritos*. São Paulo, Rio de Janeiro: Duas Cidades, Ouro sobre Azul, 2004.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. São Paulo: Ática, 2011.

QUADROS, Claudemir. *História da Educação Brasileira*. Universidade Federal de Santa Maria: curso de graduação em pedagogia. 2008.

SOUZA, Flavio. *Anastácia e Bonifácia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 2003.